

# Constituinte divide partidos

No primeiro turno, os constituintes do PFL e do PMDB abandonaram posições partidárias

HÉLIO DOYLE

Uma característica marcante do primeiro turno de votações da Constituinte foi a fragmentação dos grandes partidos: PMDB e PFL dividiram-se em blocos à esquerda e à direita e as votações não refletiam posições partidárias, mas ideológicas. Os partidos com bancadas menores, como o PT, os partidos comunistas e o PDS conseguiram manter coerência interna, mas pesavam pouco nas votações.

As votações do primeiro turno acirraram as divergências no PMDB e no PFL e hoje ambos estão em crise. O PMDB já perdeu uma fatia para o PSDB, à sua esquerda, e enfrenta a luta entre "históricos" e "moderados" pelos postos de direção e de olho na sucessão presidencial. O PFL tem dissidência, ironicamente comandada por seu presidente nacional.

Outra característica do primeiro turno foi a inexistência de um bloco de constituintes alinhado com o governo. Não houve uma bancada governista: os votos variavam de acordo com o tema a ser deliberado. Basta dizer que mais da metade dos votos obtidos pela emenda concedendo anistia aos micro e pequenos empresários e produtores rurais foi de constituintes que votaram pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

No segundo turno, o quadro se repetirá e a luta ideológica ficará ainda mais clara e explícita, pois serão menos — e mais importantes — os assuntos que provocarão polêmicas e votações disputadas. De um lado, os que estão relativamente satisfeitos com o texto aprovado no primeiro turno e querem mudar pouca coisa: a esquerda, que vai dos PCs e do PT a setores do PFL. De outro, os que querem mudar mais, insatisfeitos com vários dos dispositivos aprovados: o governo e parlamentares, do PMDB, PFL, PDS e alguns partidos inexpressivos.

O Estado reuniu na Agência Estado em Brasília, em mesa-



Fiúza (E) fala e é ouvido, do outro lado da mesa, por Cabral, Lula e Jobim (D)

## Adversários mantêm a cordialidade

O final da mesa-redonda com os deputados foi uma quase negociação de alguns pontos que serão votados no segundo turno. Cabral já havia saído, pois tinha um compromisso. Jobim aproveitou para conhecer melhor algumas posições de Fiúza, um dos líderes do Centrão.

— E a primeira vez que conversamos sobre isso. Você nunca

estava nas negociações no primeiro turno — disse Jobim a Fiúza, em tom de reclamação.

— Eu era segunda instância — explicou Fiúza. — Ficava na minha sala para resolver os conflitos.

— Precisamos conversar mais — afirmou Jobim.

Durante a mesa-redonda, os constituintes mantiveram a cor-

dialidade. Mesmo quando Fiúza e Lula discutiam, não havia hostilidade. Riram até quando Fiúza comparou os métodos da Central Única dos Trabalhadores (CUT) aos de Hitler e Mussolini. Quem não achou graça de nada foi o presidente da CUT, Jair Menegheli, que acompanhava Lula e apenas assistiu à mesa-redonda.

redonda de duas horas e meia, um líder da esquerda e um da direita: Luiz Inácio Lula da Silva, do PT de São Paulo, e Ricardo Fiúza, do PFL de Pernambuco. No meio, dois constituintes que têm papel decisivo: o relator-geral Bernardo Cabral (PMDB-AM) e o líder do

PMDB na Constituinte, o deputado gaúcho Nelson Jobim. Cabral já deu parecer sobre as emendas apresentadas no segundo turno e Jobim, identificado com a esquerda do PMDB, será um dos principais interlocutores nas negociações que começam para valer

amanhã. Sem o PMDB e o PFL, mesmo divididos, é impossível aprovar uma emenda supressiva e mudar o texto do primeiro turno.

Participaram da mesa-redonda os repórteres Ariosto Teixeira e Ary Ribeiro.

## Cabral acha injusto o ataque do presidente

ESTADO — O País será mesmo ingovernável, como diz o presidente Sarney, se for mantido o atual projeto constitucional?

Bernardo Cabral — Eu acho injusta a investida do presidente Sarney contra o projeto, falando em ingovernabilidade. Em janeiro, na qualidade de relator, dei pareceres contrários às emendas propondo anistia aos micro e pequenos empresários. O governo teve seis meses para mobilizar sua estrutura política de apoio e derrubar essas e outras emendas. Se não o fez, é porque não tinha interesse. O presidente está criticando sua própria sustentação política, que lhe deu 344 votos para o mandato de cinco anos e votou no presidencialismo. O presidente é inegavelmente um homem afável, de bom convívio, mas alguns de seus assessores contribuíram para o fosso cavado entre a Constituinte e o governo.

Ricardo Fiúza — O Bernardo Cabral tem razão. Eu acho que o governo se omitiu, o presidente deveria ter mobilizado os seus ministérios para trazer à Assembléia dados concretos sobre esses pontos julgados prejudiciais à economia a ponto de tornar o País ingovernável. Se o presidente se mobilizou para o mandato e para o regime de governo, tinha a obrigação de mobilizar o ministro Renato Archer, por exemplo, para trazer aos debates os dados necessários sobre o prejuízo para a Previdência.

Nelson Jobim — A Constituição altera substancialmente as relações do governo com a Nação e

as relações internas da sociedade. Daí nós podemos entender o conceito de ingovernabilidade que o presidente está usando. Os poderes do Executivo foram reduzidos e emergem do Legislativo. O País seria ingovernável, para Sarney, porque o Executivo perdeu poder. Se o conceito de governabilidade passa pelo conceito de federalismo hegemônico centralizador de 64, 67 e 69, eu concordo que o País fica ingovernável. Quanto aos privilégios que aumentam o déficit público, como as anistias, nós encaminhamos contra na Constituinte e muitos que apóiam o presidente votaram a favor. É evidente que, para todo autoritário, esta Constituição produz ingovernabilidade, porque leva à desconcentração do poder.

Fiúza — Eu não tenho nem procuração para defender o presidente Sarney nem maiores ligações com ele. Sou conhecido como um deputado que não pede empregos nem Funrural. O presidente pode estar com um erro de enfoque, mas uma coisa que ele não tem é vício de autoritarismo. Ele tem, realmente, é preocupação com a área econômica.

Lula — O presidente da República está preocupado é com a distribuição orçamentária do ano que vem, pois não será mais preciso que prefeitos e governadores venham a Brasília com o chapéu na mão, pedindo favores ao governo. O governo não quer perder poder político, nesse último ano de mandato, mesmo porque quer fazer o sucessor.

## Resposta aos críticos: nova Carta durará

Estado — Os críticos da Constituição dizem e repetem que esta é uma Carta que por não ser viável não vai pegar. A Constituição que os senhores estão produzindo vai pegar?

Cabral — É a primeira vez na história das assembleias constituintes do mundo inteiro em que se parte do nada, em que a sociedade participa como um todo, com as subcomissões, comissões temáticas, emendas populares. A tendência de uma Constituição cujo texto é resultado de uma ampla participação popular é durar, ainda que os inconformados assim não queiram. Esses inconformados são os que acreditam em benesses que se vendem e em caridade que se compra. Esta Carta é a melhor que o País já teve em toda a sua existência.

Jobim — Na medida em que esta Constituição sofre críticas desta natureza, o que se está afirmando é que ela não reproduz a tábua de valores do momento, ou seja, essa Constituição representa um horizonte histórico futuro. Se tivéssemos o elogio de todos os setores, esta Constituição estaria reproduzindo claramente a tábua de valores de um momento histórico nacional, mas não da perspectiva histórica futura.

Fiúza — Eu tenho uma visão diferente. Em que pesem alguns dispositivos bastante modernos, a Constituição tem componentes xenófobos e estatizantes. Ela tem muito impregnado um espírito do passado, um espírito de mágoa. Eu não digo revanchismo para não usar uma palavra tão batida.

Cabral — Esta Assembléia Constituinte começou sendo apedrejada, depois foi insultada, mas vai terminar seus trabalhos elogiada.

Fiúza — Ela foi extremamente democrática, nós tivemos lobby, nós tivemos pressão de base fantástica, inclusive da CUT, agressões, retratos na parede, cuspe no Congresso, sapatos jogados, reeditamos até métodos mussolinianos. Tudo isso foi válido.

Lula — O próprio jornal O Estado de S. Paulo, no meio do funcionamento da Comissão de Sistematização, montou um esquema para desmoralizar a Constituinte e as poucas coisas que tínhamos conquistado. Ouviu vários juristas, do Sobral Pinto até o Manuel Ferreira Filho, o Goffredo Teles, o Miguel Reale. Foram páginas e mais páginas de porrada na Constituinte, chamando todo mundo de maluco, de inconseqüente, de irresponsável.

Fiúza — Isso é o processo democrático, não é, Lula?

Lula — Não, o outro lado não teve chance...

Fiúza — Vocês fizeram boletins, picharam muros, tinha o jornal do PC do B...

Lula — Mas o debate não se deu em igualdade de condições. As pessoas que não concordavam com aquilo não tinham a oportunidade de dizer pelo menos que não era verdade.



Cabral: Sarney critica quem lhe dá apoio político